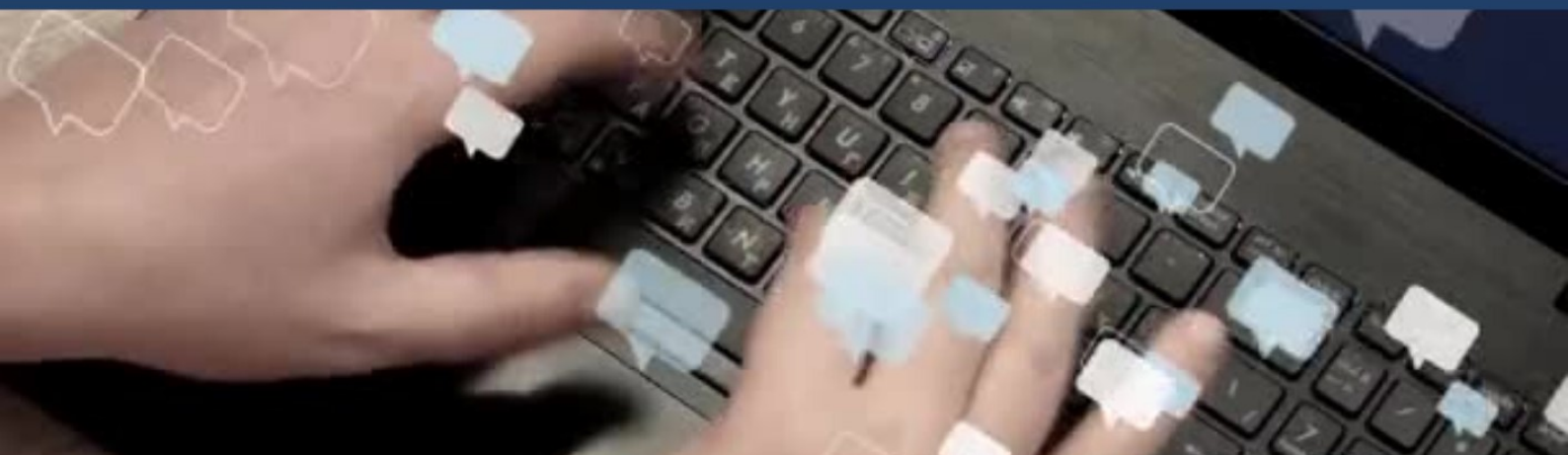


TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Prestação de Contas - 1º Ano da Gestão

—
20
20

BIÊNIO 2019/2021



MAIO DE 2020

Composição do Tribunal Pleno

Des. Rommel Araújo de Oliveira
Presidente

Des. Gilberto de Paula Pinheiro
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Jucélio Fleury Neto
Juiz Federal/Ouvidor Regional Eleitoral

Marcus Vinicius Gouvea Quintas
Juiz de Direito

Rogério Bueno da Costa Funfas
Juiz de Direito

Léo Alexandre de Lima Furtado
Jurista/Diretor da Escola Judiciária Eleitoral

Jâmison Nei Mendes Monteiro
Jurista

Joaquim Cabral da Costa Neto
Procurador Regional Eleitoral

Estrutura da Secretaria

Elinete Nunes Freitas
Diretora Geral

Dilma Célia de Oliveira Pimenta
Secretária de Administração e Orçamento

Mylene Lages Mendes Azevedo
Secretária Judiciária

Maria Eliane de Souza Oliveira
Secretária de Gestão de Pessoas

Emanoel dos Santos Flexa
Secretário de Tecnologia da Informação

Maria de Lourdes Pinheiro Mota
Coordenadora da Corregedoria

Cláudio Henrique Guerra Xavier da Silva
Assessor de Planejamento e Gestão Estratégica

Francisco da Chagas Silva Barros
Coordenador de Controle Interno

Rinaldo Soares de Farias
Coordenador da Escola Judiciária Eleitoral

Orlando de Carvalho Ribeiro Júnior
Assessor técnico-jurídico dos membros do Pleno

Elaboração:

Elinete Nunes Freitas (DG)

FALA DO PRESIDENTE

Completamos um ano desta gestão no dia 08 de março de 2020. Durante este período, o Tribunal aprendeu muito e vem cumprindo aquilo que se propôs no seu plano de gestão para o biênio.

Buscando assegurar o alcance dos resultados almejados e o fortalecimento dos controles internos nas rotinas de trabalho, foi criado o Plano de Gestão 2019-2021, desenvolvido em harmonia com o Plano Estratégico 2016-2021. Vale ressaltar que a elaboração deste relatório anual não é apenas uma forma de prestar contas ao conferir transparência aos atos praticados por este órgão, mas também uma oportunidade de reflexão institucional, na medida em que revisa os planos traçados, objetivos alcançados e dificuldades enfrentadas durante este primeiro ano de gestão.

Os resultados que vêm sendo alcançados refletem o intenso trabalho de priorização do planejamento institucional, de valorização das pessoas e do compromisso em levar o Tribunal a um elevado nível de atuação estratégica.

Este relatório traz uma síntese dos avanços alcançados pelo TRE-AP a partir da estratégia elaborada ao longo dos últimos 12 meses.

Por tudo isso, é lícito reconhecer que o Tribunal, é um órgão que tem se aperfeiçoado continuamente em gestão pública, como também para a implementação das melhores práticas de governança no âmbito da administração pública. Conferindo, assim, eficácia aos esforços despendidos no cumprimento de sua missão institucional.

“O sucesso virá do empenho com que nos entregarmos à tarefa, e da energia da aliança do servir que nos une”.

Des. Rommel Araújo de Oliveira
Presidente

APRESENTAÇÃO

Com vistas a aprimorar e buscar uma maior evolução nos processos de gestão estratégica do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, estabelecemos uma nova fase, a do monitoramento das ações planejadas.

O monitoramento realizado pela alta gestão é uma oportunidade de melhorias, além de verificar o que as unidades responsáveis efetivamente fizeram ao longo dos últimos doze meses.

O Plano de Gestão (2019/2020) estabeleceu orientações para o cumprimento do papel institucional, sem prejuízo das demais atividades a serem executadas no desempenho das competências definidas no Regimento Interno do TRE-AP.

Uma vez adotado um planejamento, ele precisa estar em constante monitoramento. Isso significa que é preciso acompanhar e avaliar a sua execução.

Ao monitorar o plano da gestão, podemos verificar se as atividades estão sendo executadas de acordo com os parâmetros definidos. Essa avaliação permite analisar o progresso do planejamento e possíveis falhas. Além disso, permite ao gestor considerar se as atividades estão sendo desempenhadas de acordo com os valores institucionais, uma vez que isso reflete na sua imagem perante os servidores e a sociedade.

Enfim, o monitoramento permite que o planejamento esteja em constante busca pela melhoria dos processos adotados na instituição.

EXECUÇÃO DAS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - EXERCÍCIO 2019

A Justiça Eleitoral do Amapá tem lançado mão de todos os recursos de que dispõe e adotado as boas práticas de excelência na gestão pública para lograr cumprir, com eficiência e efetividade, sua missão constitucional, além de implantar soluções inovadoras, a fim de otimizar cada vez mais a utilização de recursos públicos.

Sob esse prisma, na busca por maior eficácia e transparência do planejamento estratégico e maior efetividade do controle externo e social das nossas atividades institucionais, apresentamos o desempenho das iniciativas estratégicas adotadas no início do biênio 2019/2021

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DIRETRIZ ESTRATÉGICA	INICIATIVA	UNIDADE GESTORA	EXECUTADO (S/N)	EVIDÊNCIA / RESULTADO
Garantir os Direitos da Cidadania	Melhorar a comunicação institucional e o compartilhamento de informações entre o TRE-AP e a sociedade e os outros órgãos estaduais e federais	Revisar e reestruturar o Programa Eleitor do Futuro e Mesário Voluntário, visando ampliar sua atuação de forma a garantir a participação cidadã	<u>EJE</u>	<u>SIM</u>	Programa Eleitor do Futuro: - Eleição de Representantes de Turmas e Professor Conselheiro em 03 escolas parcerias (0000719-84.2019.6.03.8000 , 0000837-60.2019.6.03.8000 , 0000863-58.2019.6.03.8000) - Criação e Funcionamento do Portal do Programa Eleitor do Futuro na internet (0001216-69.2017.6.03.8000) - Atuação do Projeto Valorize seu Voto nas escolas dos municípios de Porto Grande, Laranjal do Jari, Oiapoque, Amapá e Macapá (0001561-64.2019.6.03.8000 , 0002425-05.2019.6.03.8000 , 0002561-02.2019.6.03.8000)

					Mesário Voluntário: ação desenvolvida somente em ano eleitoral
Aperfeiçoar a gestão de pessoas	Promover a valorização e capacitação do capital humano	Instituir a Política de Gestão de Pessoas e implementar as ações do plano, priorizando soluções para adequada distribuição da força de trabalho, através da integração com a melhoria dos processos de trabalho e medidas de otimização das atividades	•EJE	<u>SIM</u>	Execução do Plano Anual de Capacitação 2019: - 41 Ações de capacitação executadas - 134 Servidores capacitados 0000458-22.2019.6.03.8000
<ul style="list-style-type: none"> A competência da capacitação do capital humano deste TER/AP é atribuição da EJE, entretanto consta no plano de gestão a SGP. Assim sugiro que neste item conste a duas Unidades SGP/EJE. 					
Fortalecer a Governança Institucional	Implantar a Governança Corporativa do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	Estruturar e implantar o Sistema de Governança e Gestão Estratégica do Tribunal, visando	<u>ASPLAN</u>	<u>SIM</u>	Res. 529/2019 – Sistema de Governança e Gestão

	estabelecer as instâncias internas de governança, garantir o balanceamento de poder e a segregação de funções críticas e divulgá-lo para as partes interessadas		
Fomentar a inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços	Elaborar Plano de Continuidade do Negócio (PCN), por meio da reunião de membros das diversas unidades, com objetivo de traçar estratégias e planos de ação que garantam o funcionamento e a disponibilidade dos serviços essenciais do TRE-AP durante períodos de mudanças		<u>NÃO</u>
Consolidar as metodologias de melhorias dos processos e	Consolidar o uso das metodologias de melhorias dos		<u>NÃO*</u> SEI 0001554-72.2019.603.8000 Res. 522/2018 – Política de Gestão de Riscos

	gestão de riscos	processos e identificação e tratamento dos riscos, priorizando os processos críticos da organização		
Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral	Assegurar a transparência, segurança e probidade no Processo Eleitoral	Aprimorar o Planejamento Integrado das Eleições como instrumento essencial de planejamento, controle de riscos e gestão do Processo Eleitoral		<u>SIM</u> SEI 0002331-57.2019.6.03.8000 (Planejamento Integrado das Eleições 2020);
		Promover ações para aperfeiçoamento da gestão do Processo Eleitoral com foco na transparência e segurança		<u>SIM</u> SEI 0002330-72.2019.6.03.8000 (Ampliação da participação das Zonas Eleitorais na elaboração do Planejamento Integrado das Eleições 2020).

• Foi criada a Comissão de Implementação da Política de Gestão de Riscos (Portaria 152/2019). Contudo, os membros necessitam de uma capacitação visando o nivelamento de conhecimentos. Um dos membros não faz mais parte do quadro de pessoal (Servidor ELIELSON SILVA). A Comissão tem duas secretárias (SEJUD e SAO). A expertise administrativa tem demonstrado que a designação de titulares de secretarias para atividades diversas de suas unidades e que requeiram alto conhecimento técnico da temática abordada não tem sido satisfatória face ao nível de dedicação integral que os gestores têm para o bom andamento de suas unidades gerenciais e cumprimento de prazos processuais, orçamentários dentre outras atribuições inerentes a Cargos de alta gestão.

Com relação ao Plano de Continuidade de Negócio não foi realizada nenhuma ação na unidade até a presente data.

Aperfeiçoar a gestão de pessoas	Promover a valorização e capacitação do capital humano	Instituir a Política de Gestão de Pessoas e implementar as ações do plano, priorizando soluções para adequada distribuição da força de trabalho, através da integração com a melhoria dos processos de trabalho e medidas de otimização das atividades	<u>SGP</u>	<u>SIM</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação da Resolução da Gestão por Competências. (0002314-26.2016.6.03.8000) • Criação e efetivação dos trabalhos do Comitê Gestor de Pessoas do TRE-AP (0001224-12.2018.6.03.8000) • Desenvolvimento das políticas e iniciativas de gestão de pessoas determinados no Acórdão-TCU 1233 (0000595-72.2017.6.03.8000) • Implantação do Dimensionamento da Força de Trabalho seguindo a metodologia adotada pelo TSE. (0002087-31.2019.6.03.8000) • Adequação dos indicadores estratégicos da SGP. (0001460-27.2019.6.03.8000)
Aperfeiçoar a Governança de Tecnologia da Informação	Aprimorar a eficiência na prestação dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Atualizar o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) 2016-2021 e o Plano Diretor de Tecnologia da	<u>STI</u>	<u>SIM</u>	<ul style="list-style-type: none"> • PA 0000333-20.2020.6.03.8000 Elaboração do PDTIC 2020-2021 • Atualização do PETIC 2016 - 2021, conforme documento de atualização de indicadores e metas do PETIC (0399542) e ata de reunião do CGOVTIC (0401745). • Obs.: o documento com a versão final do PETIC, com as atualizações informadas acima, está em fase de

		Informação (PDTI) 2020–2021, visando o aperfeiçoamento da governança e Gestão de Tecnologia da Informação			consolidação.
Aperfeiçoar a gestão orçamentária	Fortalecer a Gestão Orçamentária de modo a garantir o alinhamento com o planejamento estratégico	Aprimorar o planejamento orçamentário e a qualidade dos gastos, através de ações de otimização dos recursos públicos e o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais	<u>SAO</u>	<u>SIM</u>	Acompanhamento periódico da execução orçamentária realizado em conjunto com todas as Unidades Executoras responsáveis pelo planejamento orçamentário e despesas contempladas na Lei orçamentária anual - LOA, relatórios de acompanhamento de execução das despesas, contemplando as despesas préempenhadas e empenhadas, bem como os valores liquidados e os saldos existentes nas notas de empenho. Um dos objetivos dos relatórios é aproximar a execução da despesa ao planejamento orçamentário, através do indicador “Aderência da Execução ao Planejamento Orçamentário”. Referidas informações podem ser ratificadas nos autos dos PA’s SEI 0000801-18.2019.6.03.8000, 0000669-24.2020.6.03.8000 e 0000877- 08.2020.6.03.8000.
		Alinhar o Planejamento Orçamentário ao Planejamento Estratégico, através da abordagem da estrutura de	<u>SAO</u>	<u>SIM</u>	Processos Administrativo formalizando os trabalhos de elaboração da Proposta Orçamentária, envolvendo todos os setores responsáveis pelo planejamento e gestão na fase de execução da despesa, e submete à Gestão, através do Comitê de Apoio à Gestão Orçamentária e de Aquisições, objetivando o alinhamento do Planejamento orçamentário ao Planejamento Estratégico. Referidas informações podem ser ratificadas nos autos dos PA’s SEI 0000219-

		execução por programas e projetos			52.2018.6.03.8000; 0000535-31.2019.6.03.8000 e 0000357-48.2020.6.03.8000 Novas contratações precedidas de Documento de Oficialização da Demanda - DOD identificando a vinculação da demanda ao Planejamento Estratégico (0401280) (0383161)
	Reduzir o prazo de execução dos processos de aquisições de bens e contratações de serviços	Aprimorar o Plano de Aquisições como ferramenta essencial para o gerenciamento das aquisições, através de sua integração com o Planejamento Estratégico	<u>SAO</u>	<u>SIM</u>	Plano de compras (0413253) / Plano de contratações (0431935) - Proc. 0002495- 22.2019.6.03.8000.
		Aperfeiçoar a gestão dos contratos, através da melhoria dos processos de trabalho e uso de ferramentas de informatização	<u>SAO</u>	<u>SIM</u>	Ampliação do Sistema de Chamados CSG para utilização em ocorrências da CMP. Maior adesão de registros da fiscalização de contratos e dos usuários internos. (link sistema de chamados SAO)
Garantir os direitos de cidadania; Assegurar a transparência, segurança e probidade no	Estruturar a Ouvidoria	<ul style="list-style-type: none"> • Ranking Transparência 2020 CNJ; • Pesquisa de Satisfação do Atendimento; • Atualização da Carta de Serviços 	OUVIDORIA / ASPLAN / STI	SIM / EM ANDAMENTO	<p>PA SEI 0000654-55.2020.6.03.8000;</p> <p>PA SEI 0001914-12.2016.6.03.8000;</p> <p>PA SEI 0002625-12.2019.6.03.8000;</p>

		<p>ao Cidadão de 2º Grau;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Integração do Formulário de Contato com a Ouvidoria com o SEI; • Atualização da Carta de Serviços ao Cidadão de 1º Grau. 			<p>PA SEI 0002662-39.2019.6.03.8000;</p> <p>PA SEI 0002624-27.2019.6.03.800</p>
Garantir a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	Aprimorar a utilização do PJe no TRE do Amapá	<p>Desenvolver ações que promovam a duração razoável do processo de forma a garantir a qualidade e a efetividade da prestação jurisdicional, através do acompanhamento e alimentação dos indicadores de desempenho</p>	<u>SEJUD</u>	<u>SIM</u>	<p>Proc. SEI nº 0060160- 93.2020.6.03.8000 0001471-56.2019.6.03.8000</p> <p>0002106- 37.2019.6.03.8000</p> <p>0000374- 55.2018.6.03.8000</p> <p>0000710- 59.2018.6.03.8000</p>
		<p>Aprimorar os mecanismos de obtenção de informações gerenciais e</p>	<u>SEJUD</u>	<u>NÃO</u>	<p>Aguardando disponibilização, pelo TSE do sistema ATENA.</p>



TRE-AP		estatísticas junto ao PJe			
Garantir a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Aprimorar o processo judicial objetivando sua celeridade	Julgar os processos físicos em 2º grau	<u>ASTJ</u>	<u>SIM</u>	Apesar de não ter se conseguido 100% do objetivo, as demandas tiveram uma redução sensível. O objetivo foi alcançado em razão dos processos que não foram julgados demandarem outras ações que inviabilizaram a conclusão (aguardar prazos, recursos, etc..)
Assegurar a transparência, segurança e probidade no processo eleitoral	Assegurar a transparência, segurança e probidade no processo eleitoral	Julgar as prestações de contas de candidatos não eleitos referentes às Eleições de 2018	<u>ASTJ</u>	<u>SIM</u>	O objetivo foi alcançado quase que totalmente, atingido um percentual de 95% dos processos derivados da eleição, o saldo de processos se deve à procrastinação feita pelas próprias partes autoras.